

A “NEUTRALIDADE” EDUCACIONAL E O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO

Hugo Ramos Xavier Régis

De uns tempos para cá, um projeto de lei se tornou um grande tema de debate, a saber, o “Programa Escola sem Partido”, ou apenas “Escola sem Partido”. Visitando o site do programa, cujo título leva o mesmo nome que o dado ao PL, encontramos uma de suas principais teses: “A doutrinação política e ideológica em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2020). Por trás desta tese encontramos o pressuposto de que a educação deve ser imparcial e neutra, para, assim, proteger as crianças e adolescentes de uma “ideologia” que fere a liberdade de pensamento. Contudo, diante desta tese de uma suposta neutralidade propiciadora de autonomia, há de se questionar: realmente existe esta neutralidade educacional da qual o “Escola sem Partido” tanto fala?

Seguindo o pensamento de Brandão, em sua obra *O que é educação?*, a educação nunca acontece no vácuo e isolada de um contexto sócio-político, ou seja, ela, assim como toda produção humana, nunca é imparcial. Neste sentido, a educação, seja ela escolar ou não, toma forma de acordo com o modo de vida de um grupo ou classe social (BRANDÃO, 2007, p. 10). O autor ilustra esta parcialidade inerente à educação em uma carta de um indígena na qual ele agradece a oferta dos estadunidenses de os educarem, mas insiste que a educação dos homens brancos não é adequada para o modo de vida indígena, uma vez que não tem nenhuma utilidade para o modo de vida deles, como por exemplo, a habilidade de caçar ou montar uma cabana. Portanto, seja na educação indígena ou na estadunidense, a educação tem seus contornos vinculados a um modo de vida específico. Contudo, segundo Brandão, não é porque a educação serve a um modo de vida que os educadores estão a serviço da autonomia e emancipação das pessoas educadas, eles muitas vezes estão a serviço daqueles que os colocaram naquela posição privilegiada de domínio do saber e auxiliam nos propósitos políticos de uma determinada sociedade, fazendo com que a educação passe a deseducar. (BRANDÃO, 2007, p. 12)

Ora, de acordo com as ideias de Brandão expostas acima, podemos pensar que a proposta do “Escola sem Partido” de tornar a escola um espaço de neutralidade e imparcialidade teórico-política corresponde à tentativa de utilizar a educação para impedir (deseducar) a capacidade das crianças e adolescentes de reconhecerem o caráter eminentemente político da educação e, portanto, do potencial de emancipação e autonomia dela. Endossando a tese segundo a qual a educação é política, Brandão nos auxilia a perceber que a imposição de uma neutralidade, ou simplesmente a ideia dela, não significa a ausência de influências políticas

concretas na escola. A imposição desta ideia abstrata de neutralidade serve muito mais para mascarar formas específicas de dominação que impedem não só a autonomia dos estudantes nas escolas como também a da própria escola, como podemos ver no artigo de Silva intitulado *Do projeto político do banco mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira*.

Nesse artigo, Silva expõe os resultados de suas pesquisas acerca da influência inegável das pautas político-econômicas do Banco Mundial sobre a constituição e confecção das diretrizes do projeto político-pedagógico das escolas públicas brasileiras, evidenciando, portanto, a inexistência de uma educação genuinamente imparcial. Segundo Silva, a escola é uma instituição de controle social, uma vez que ela pode ser dirigida e gerenciada como um dispositivo de manutenção da ordem socioeconômica de classes sociais dominantes. (SILVA, 2003, p. 293) A relação entre o potencial emancipador do projeto político-pedagógico da escola pública e o projeto político do Banco Mundial é um grande exemplo de como a escola nunca se constitui livre de influências políticas. De acordo com o artigo, essa relação se mostra prejudicial à autonomia da escola porque os empréstimos efetuados pelo governo federal, que são destinados à educação, se transformam em ocasiões para o exercício de poder político-econômico do Banco Mundial, uma vez que, ao conceder o empréstimo financeiro, o governo brasileiro deve se adequar às exigências do credor. Essa exigência, segundo a autora, corresponde à conformação das escolas públicas ao tempo do Banco Mundial. (SILVA, 2003, p. 294)

Outra autora que nos auxilia a compreender a impossibilidade dessa suposta neutralidade é Mundim Neto. Em sua tese de doutorado, a autora se embasa no pensamento levinasiano para descrever as perversidades perpetuadas pelo ser humano sob o signo de um humanismo, como por exemplo, guerras, o fascismo, hitlerismo e genocídio (MUNDIM NETO, 2017, p. 47). Além disso, a autora também resgata a crítica de Levinas a um certo tipo de sedução humana à mera retórica do humanismo, ou seja, uma frequente adoção de discursos humanistas carregados de clamores por liberdade e igualdade, mas que apenas ficam no âmbito da retórica, uma vez que raramente desencadeiam mudanças sociais efetivas. Apesar da sensação de que se está dando concretude às pautas humanistas, este divertimento pela retórica humanista só acentua o esquecimento e a ideologia (MUNDIM NETO, 2017, p. 47). Mais a frente, a autora fornece a concepção de Arendt acerca do conceito de ideologia totalitária, isto é, a imposição de uma ideia única capaz de abarcar toda a complexidade da realidade. Essa ideia única que abrange tudo faz com que a concretude de ordem social-política seja dissolvida em uma ideia fixa que não é cabível na realidade concreta, é abstrata. (MUNDIM NETO, 2017,

p. 50) Desse modo, seguindo os pensamentos de Levinas e de Arendt expostos por Mundim Neto, podemos perceber que o “Escola sem Partido” se utiliza de uma retórica humanista para dar voz às pautas que claramente operam como uma ideologia totalitária na medida em que impõem a inocente ideia de imparcialidade e neutralidade educacional, escondendo, deste modo, as especificidades sócio-políticas inerentes à educação.

Paulo Freire, em *Pedagogia do oprimido*, também nos sinaliza a respeito do caráter inerentemente político da educação e da escola e um modelo educacional que está a serviço de uma educação que dociliza a consciência social com o intento de manter o *status quo*. Freire expõe o funcionamento de um modelo “bancário” de educação, o qual se efetua mediante a pressuposição de que o saber entre educador-educando é de mão única, ou seja, o educador sabe e o educando não, aquele deposita saber e este é o próprio depósito de saber. (FREIRE, 1987, p. 34) Contudo, seguindo os argumentos de Freire, esse modelo educacional não se preocupa em educar para o engajamento e mudança social, pelo contrário. Por trás da retórica humanista, esse modelo tem em vista a manutenção da opressão, do poder sobre aqueles que não pensam criticamente. Deste modo, quando surge, no meio dos educandos, algum pensamento crítico e, portanto, um pensamento parcial, a educação “bancária” reage energicamente, abafando esta autonomia. (FREIRE, 1987, p. 34) Portanto, diante do posicionamento crítico e parcial no interior das escolas, a educação “bancária” simula uma generosidade e preocupação com os educandos. Dizendo estarem preocupados com a autonomia das crianças e adolescentes, o “Escola sem Partido” propõe uma neutralidade na educação que desencadeia também em uma neutralidade nos educandos. Poderíamos dizer que a neutralidade da educação neutraliza também os educandos, os docilizando.

Tendo em mente os autores e obras mencionados neste trabalho, podemos concluir que mesmo quando a educação ou escola se diz neutra, não o é concretamente, apenas abstratamente. A principal tese do “Escola sem Partido”, mencionada no início do trabalho, é a tentativa de se utilizar da pauta subversiva e revolucionária da autonomia e emancipação dos brasileiros, mas ao se levar às últimas consequências a maneira pela qual esse programa intenta alcançar essa suposta emancipação, o resultado é o oposto: a falta de consciência política e social da educação e da escola e, portanto, a confirmação de que de fato não existe imparcialidade na educação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C.. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007

ESCOLA SEM PARTIDO. Escola sem partido, 2020. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 26/06/2020.

FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MUNDIM NETO, J.. **A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos?**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, M.. Do projeto político do banco mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dezembro. 2003. Disponível em: Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.